

# **A extrema pobreza no Nordeste do Brasil de 2002 a 2015: análise multidimensional do direito à alimentação e à moradia**

Gisele Maria Silva Sousa

## **Resumo**

*A pobreza corresponde à condição social que não satisfaz as necessidades humanas essenciais como a alimentação, moradia, educação, assistência à saúde, entre várias outras. A região nordeste em consequência de fatores históricos, geográficos e sociais como a desigualdade de renda tem os índices de famílias vivendo em situação de pobreza que se sobressai a outras regiões brasileiras. O objetivo desse estudo é evidenciar como os índices de pobreza vem diminuindo na região nordeste depois da inclusão de políticas sociais e a melhoria nas vidas das populações carentes.*

*Palavras chaves :pobreza, políticas sociais, nordeste*

## **Abstract**

*Poverty corresponds to the social condition that does not meet essential human needs such as food, housing, education, health care, among many others. The northeastern region as a consequence of historical, geographic and social factors such as income inequality has the indices of families living in poverty that stands out in other Brazilian regions. The objective of this study is to show how poverty rates have been decreasing in the northeastern region after the inclusion of social policies and the improvement of the lives of the poor.*

*Key words: poverty, social politics, northwest*

## **INTRODUÇÃO**

**A pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional que provoca privação de alimentos e desigualdade social, como a falta de moradia, em grande parte da população mundial e impõe nas pessoas tornarem-se reféns de misérias e pragas sociais que assolam todos os continentes.**

**Neste cenário, o Brasil representa, na camada mundial, uma parcela significativa deste fenômeno, com pontes e abismos sociais e econômicos, agentes de tensão no tecido**

social brasileiro. Tem as regiões Norte e Nordeste como concentração desse mapa da miséria, caracterizados por diversas mazelas, que perpassam pelas carências nutricionais e habitacionais, reforçadas pelo isolamento e acessibilidade.

Aqui, estudaremos o Nordeste do Brasil, amplamente conhecido pela maior concentração no número de pobres e miseráveis no Brasil, composto por nove Estados, classificado como a terceira maior região do país e o maior em número de estados agregados. A região Nordeste, apresenta uma população de 15.864,454 habitantes (IBGE, 2010). Tem os Estados do Ceará, Alagoas, Piauí, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Bahia como integrantes e por ser o maior em extensão é dividido em quatro grandes sub-regiões: Meio-Norte, Caatinga, Agreste e Zona da Mata.

E é sob este aspecto que o artigo pretende se debruçar. Se houve condições para minorar os indicadores de qualidade de vida daqueles que vivem em situação de extrema pobreza, no Nordeste do Brasil, entre 2002 e 2015. Para esta análise, foram considerados os dois escopos de mais impacto no cenário socioeconômico brasileiro, moradia e alimentação, sem desmerecer as demais tão importantes quanto os do objeto em pauta.

Nesta teia, o arcabouço do trabalho contempla, no primeiro capítulo, uma explanação a respeito das contextualização e conceituação sobre o tema extrema pobreza no Nordeste do Brasil, bem como as dimensões na esfera mundial, através de uma exaustiva pesquisa bibliográfica. Seguido, no segundo capítulo, pela avaliação dos dados recolhidos na pesquisa das bases de dados governamentais, como ..., bem como o cenário social e econômico do tema na região estudada, através de apontamentos e avaliações de autores com notório saber em desenvolvimento econômico, social e políticas públicas governamentais. No terceiro capítulo é apresentado uma avaliação das condições da extrema pobreza na alimentação e moradia região Nordeste, ações governamentais para minimização do problema na região e o quarto capítulo, segue-se com as considerações finais a respeito do tema estudado e das perspectivas futuras.

## **2 -A POBREZA CONCEITUAÇÃO E APONTAMENTOS**

A pobreza é uma problemática que causa efeitos a níveis mundiais, no Brasil não é diferente, é notório os efeitos devastadores e o grande abismo de classes que sempre existiu em nosso país. Historicamente falando já conseguimos avanços nessa discrepância social, apesar de um longo caminho a percorrer, por isso se faz necessária uma luta constante da sociedade como um todo e poder público para combater esse mal que nos assola.

*“Segundo dados de 2010 o Brasil tinha cerca de 8,5% de sua população vivendo em condições de pobreza, incluindo pessoas extremamente pobres, que compunham 2,5% da população total do país no mesmo período. Naquele ano, a porcentagem pobre (incluindo extremamente pobres) representava 16,27 milhões de habitantes (números absolutos) Destes, 4,8 milhões eram considerados "extremamente pobres". Embora tal*

*incidência sobre a população absoluta brasileira tenha caído pela metade entre 2002 e 2010, o número total de pessoas vivendo na pobreza no país ainda é significativo.” (Wikipédia ,2016,S/P)*

A extrema pobreza é uma ameaça a vida, pois significa não ter suficiente alimento, água, bem como moradia adequada, cuidados com a saúde e educação. Segundo (MONTEIRO 2016 p.03) “de modo bastante simples, pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras”.

As estatísticas apontam através de dados oficiais divulgados em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) uma melhoria na situação econômica e condições de vida da população brasileira, estudo reforçado por Pochmann (2016), assim cita o autor:

*Entre 2001 e 2008, por exemplo, a renda per capita nacional cresceu 19,8% em termos reais. Nesse mesmo período de tempo, 19,5 milhões de brasileiros registraram elevação real em seu rendimento individual acima da evolução da renda per capita nacional. Ou seja, 11,7% do total dos brasileiros ascenderam seus rendimentos acima da média da evolução da renda per capita real do país (POCHMANN, 2016a, p.55).*

## **2.1 Raízes da miséria no Brasil**

A situação de fome e pobreza no Brasil não é algo recente. Esse problema tem suas raízes no processo histórico e político da formação do país. A partir do momento em que os europeus colonizaram o Brasil, a concentração da riqueza das colônias nas mãos de poucos proprietários se mostrou visível junto com o trabalho escravo. Diante deste quadro, os nativos perderam suas terras e foram obrigados a trabalhar muito para ganhar pouco, ou muitas vezes nada para sua subsistência. Nesse sentido, as pessoas se viram em uma situação em que não tinham terra para plantar alimento nem meios financeiros para obtê-lo.

Com o passar dos anos e o crescimento das áreas urbanas acarretaram diversas mazelas e doenças principalmente nas camadas pobres da população devido à falta de saneamento e políticas públicas que apare essa parcela da sociedade.

Nesse contexto iniciou-se uma relação de poder entre o detentor de maior poder aquisitivo e o detentor de força para o trabalho, somando-se a isso a importância que cada uma dessas classes dá à educação de seus filhos, perpetuando assim essa relação de poder. Raras são as exceções de superação da extrema pobreza através da educação antes dos programas sociais a que têm acesso hoje, onde um jovem pode sonhar com um curso superior e desprender-se da realidade que o cerca.

## **2.2 O nordeste do Brasil no contexto da extrema pobreza**

No passado recente, o Brasil vem intensificando as intervenções no sentido de suprimir a extrema pobreza que atinge principalmente as regiões Norte e Nordeste através de programas governamentais têm dado um pouco de dignidade a milhares de famílias que sofrem por fatores climáticos, falta de emprego e condições de subsistência devido vários anos de

“esquecimento” e políticas públicas que os favoreçam.

A pobreza, medida pela insuficiência de renda, alcança mais de um quarto da população brasileira e dissemina-se por todas as regiões e áreas do país, afligindo, entretanto, em particular, as populações do Norte e Nordeste e, ainda mais particularmente, a população rural dessa última região. Segundo o site das Nações Unidas do Brasil (2016): “Entre 2004 e 2013, os índices de pobreza no país caíram de 20% para 9% da população e de 7% para 4% no caso da pobreza extrema. No entanto, os principais aspectos ou perfis da pobreza continuam os mesmos: ela está mais presente no meio rural e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.”

Neste estudo, os autores indicam que o investimento na agricultura familiar seria uma das maiores contribuições para a redução da extrema pobreza, já que ela está mais presente nas áreas rurais dessas duas regiões do país. De acordo com o site Nações Unidas do Brasil (2016): “Em termos regionais, pouco mudou, com as regiões Norte e Nordeste apresentando as maiores taxas de prevalência da pobreza, bem como as áreas rurais em todas as regiões. O estudo considerou como extremamente pobres pessoas que ganham 70 reais por mês e pobres aquelas que vivem com 140 reais mensais, de acordo com critérios adotados pelo governo federal.

*“Quanto ao meio rural, o estudo considerou como domicílios agrícolas aqueles onde há pelo menos um membro empregado no setor agrícola e 67% ou mais da renda do trabalho vindo de atividades agrícolas.” (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2016 S/P)*

*“Embora o Norte seja menos pobre do que o Nordeste, o progresso tem sido mais lento lá em comparação às demais regiões do país”, disse o estudo.*

### **2.3 Caracterização e análise a extrema pobreza no nordeste do Brasil**

Sabemos que somente os programas sociais não são capazes de extinguir a extrema pobreza a que estão submetidos milhares de nordestinos, precisamos de geração de emprego e renda, educação de qualidade igualitária, desde a educação infantil, construindo assim uma base sólida que consolidará o crescimento cognitivo dessas crianças, afastando os incentivos externos da marginalidade. Bem como ações que descaracterizem a corrupção e desvios de dinheiro que atingem diretamente o mais pobre tirando o pouco que podem usufruir

Segundo a Revista do BNDES (2006) em seu artigo Luiz Honorato da Silva Júnior relata que “os indicadores socioeconômicos nordestinos evidenciam a situação de extrema pobreza em relação às demais regiões brasileiras, e quando se trata de pobreza da população rural dessa região, possivelmente, as suas conseqüências são ainda mais perigosas. Há, sem dúvida, uma forte correlação entre a pobreza rural e os conflitos no campo, a migração rural e o favelamento das cidades. Não é por acaso que os países mais ricos mantêm políticas de valorização da atividade agrícola, ou de outras atividades rurais, protegendo sua produção da concorrência competitiva de países mais pobres”

Ações governamentais específicas de combate à pobreza deveriam ter máxima prioridade no país e devem perseguir essencialmente o aumento da renda dos mais pobres. Ações que resultem em maior crescimento econômico com melhor distribuição de renda e que

levem à reativação da economia, à criação de empregos e ao aprofundamento da reforma agrária são vistas como soluções consensuais para o aumento da renda dos mais pobres no Brasil.

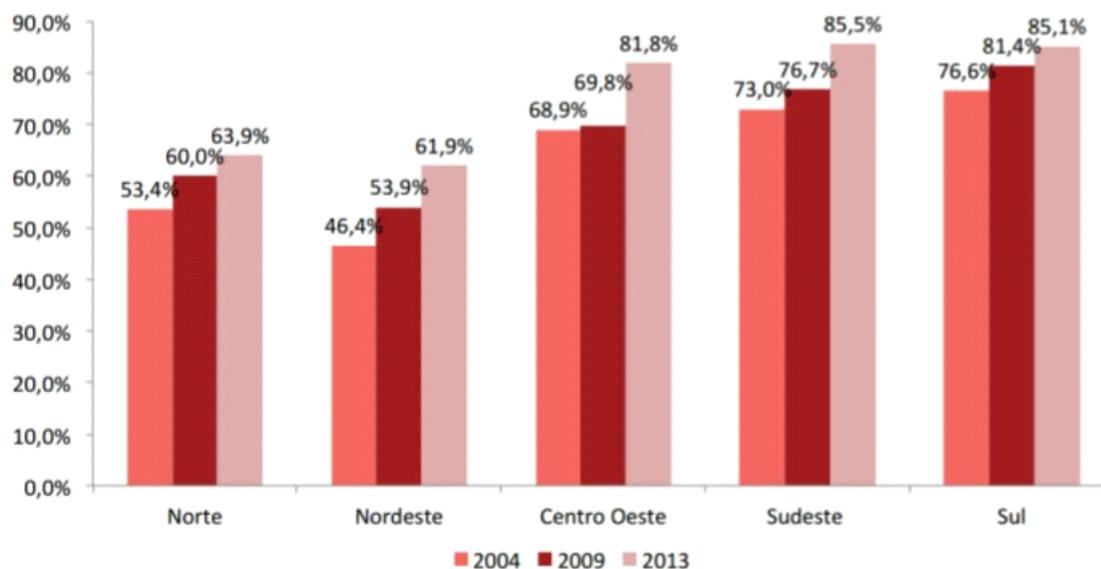
### **3- POBREZA E A INSEGURANÇA ALIMENTAR**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa uma série de conquistas de direitos sociais conferidos ao cidadão brasileiro. Haja vista que se trata de uma Constituição recente, tais direitos sociais de fato tornaram-se palpáveis e com maior incidência a partir dos anos 2000 “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”(Artigo 6º, Constituição Federal Brasileira, 1988)

Neste contexto social, encontra-se a extrema pobreza no Brasil, que foi um escopo determinante para desencadear uma série de medidas que objetivam a sua extinção ou redução. Dentre essas medidas podem-se destacar o Cadastro Único, que é uma ferramenta singular, pois mediante a sua aplicação, torna-se possível compreender qual perfil social de cada família e aplicar a cada uma delas as políticas públicas mais adequadas; o Bolsa Família, que figura no cenário nacional como uma das principais ferramentas de combate à extrema pobreza no Brasil, por não se tratar apenas de uma política de transferência de renda, mas um pressuposto de compromisso com a saúde e a educação; o Programa de Cisternas, que contribui de forma significativa para a garantia de acesso à água; o Programa Minha Casa Minha Vida, que vem com a proposta de facilitar o acesso à moradia às famílias de baixa renda.

Considerando a vastidão de aspectos que abarcam os programas sociais e as políticas públicas no Brasil, este estudo foca duas ações, que são a moradia e a alimentação, consagradas nos programas Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, respectivamente, especificamente o Fome Zero e o Plano Brasil sem Miséria, de políticas sociais do Governo Federal, aplicados no Nordeste do Brasil.

**GRÁFICO 01 – PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO A ALIMENTAÇÃO. BRASIL, 2004, 2009 E 2013**



Fonte: Dados da PNAD 2004, 2009 e 2013

Em análise do Gráfico 01 [1] observa-se que o Nordeste Brasileiro do ano de 2004 à 2013, progrediu 15,5% em acesso a alimentação, sendo a região que mais avançou nos anos mensurados, seguido do Centro-Oeste – 12,9%, Sudeste – 12,5%, Norte – 10,5% e Sul – 8,5%. O acesso a alimentação preconizado pela a ONU entende por nível de acesso a alimentação estável aquele superior 60%, grave 50,8% e moderada 62,9%.[2]

A Tabela 01 apresenta os domicílios pesquisados pela PNAD:

ANO	AMOSTRA DE DOMICÍLIOS	ENTREVISTAS	DOMICÍLIOS PERMANENTES
2004	139.157	116.648	52.158
2009	153.837	121.163	59.322
2014	146.697	116.466	65.258

Fonte: Dados da PNAD 2004, 2009 e 2013

### 3.2- MORADIA

O direito a moradia é válido para todo cidadão brasileiro. Todos tem o direito de exigir um local com condições adequadas para viver, com fornecimento de saneamento básico, água e luz e coleta de lixo. Uma boa moradia significa ter acesso aos serviços básicos prestados pelo estado como saúde e educação e transportes públicos. Para que as famílias possam viver de maneira estruturada é necessário que tenham uma moradia digna.

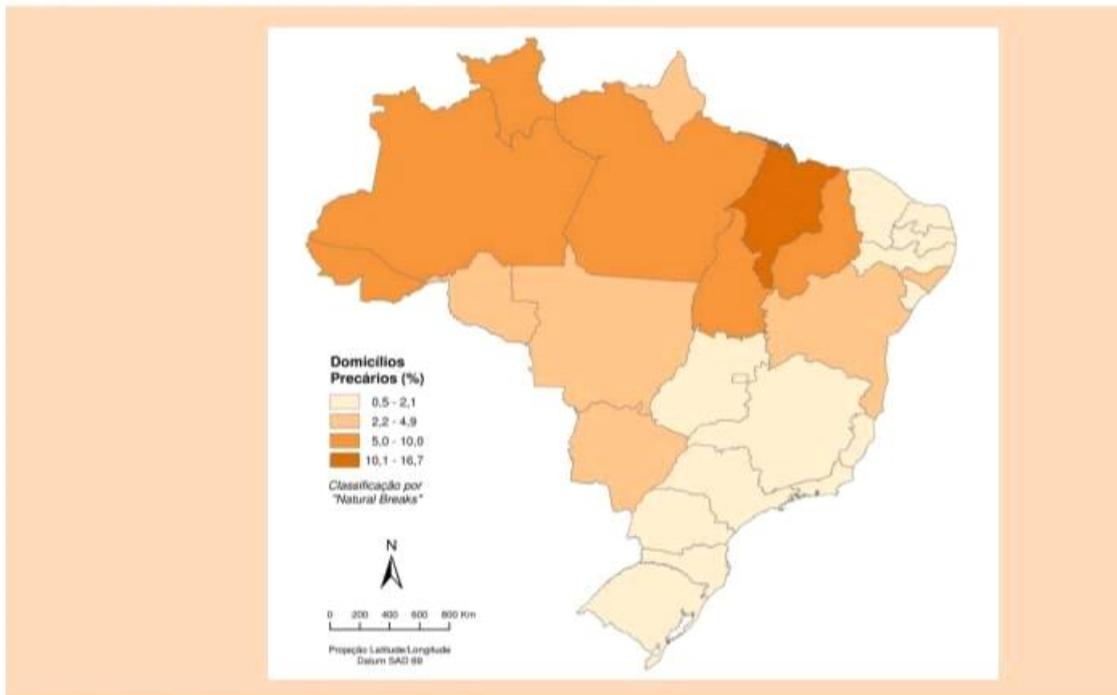
O conceito de carencia habitacional é relacionado à falta em algumas das características básicas na moradia. Existe uma qualificação adequada para cada tipo dessa carencia, aquelas sem condições para serem habitadas em consequência da alta precariedade em suas construções, aquelas residências em locais não adequados de moradia. Utilizando o conceito do senso IBGE, os domicílios em condições rústicas são aqueles em que não tem paredes sejam de madeira ou alvenaria, esse tipo de moradia é desconfortável e traz riscos à saúde em decorrência às suas condições insalubres. O déficit habitacional é o cálculo feito a partir de dados que mostram como é a realidade domiciliar dos brasileiros considerados pobres, esse cálculo é feito a partir de três divisões: domicílios precários (condições rústicas, e precárias), coabitação familiar (quando vivem mais de uma família no mesmo domicílio) e famílias que vivem de aluguel. Dentro dos domicílios esses dados são levantados de forma sequencial de forma isolada.

### *3.2.1 Moradia e precariedade domiciliar*

No Brasil, tem-se notado uma melhora relativa nas condições das moradias nas cidades, com a proporção da população urbana residente em domicílios precários vem diminuindo caindo 30% entre 1992 e 2008. (IPEA, 2016) Contudo, mesmo com a diminuição ainda existem muitos domicílios urbanos que tem algum tipo de carência habitacional relativa à precariedade na construção a falta de serviços públicos essenciais como água e esgoto e o problema da coabitação familiar. As favelas no Nordeste do país e nas metrópoles do sudeste, representam o fenômeno de precarização no habitat de abrangência nacional,

De acordo com a tabela feita pelo FJP geográficas e metropolitanas o nordeste possui 603.000 mil de domicílios em condições precárias. O estado do Maranhão é o com maior número de domicílios 16,7%, logo após vem o Piauí com 7,3% e o estado da Bahia com 3,0%, onde se obteve o menor índice de domicílios precários foi o Rio Grande do Norte com 1,2% que equivale a 10.900 domicílios

Mapa 4 - Domicílios precários por unidades da Federação - Brasil - 2010



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

### 3.2.2 Inadequação habitacional

A tabela 14 apresenta os resultados obtidos nas estimativas realizadas de dois tipos de indicadores de inadequação .

O componente de inadequação que mais afeta os domicílios urbanos é a infraestrutura urbana .Cerca de 13 milhões de domicílios urbanos no Brasil (26,4%) faltam pelo menos um componente na infraestrutura básica: energia elétrica, água , coleta de lixo ou esgotamento sanitario . Os dados mostram que é na região Nordeste que se concentra o maior número de domicílios urbanos com alguma carência básica de infraestrutura (4,8 milhões). A região Sudeste aparece depois com o número (2,7 milhões) de domicílios .

A ausência de banheiro ocorre em mais de 1 milhão de domicílios brasileiros. O maior percentual aparece na região Norte (9,6%). Na região Nordeste, 538.819 dos domicílios são carentes na falta de banheiro 4,8 % . Entre os estados varia de, a 13,9% no Maranhão a 2,9 % em Sergipe . Nas demais regiões , o percentual de domicílios urbanos sem banheiro exclusivo é menor a 1%.

Tabela 14 - Domicílios particulares permanentes urbanos inadequados e percentual de domicílios inadequados em relação aos domicílios particulares permanentes urbanos, segundo regiões geográficas e unidades da Federação - Brasil - 2010

ESPECIFICAÇÃO	INADEQUAÇÃO DOMICILIAR					
	CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA (1)		AUSÊNCIA DE BANHEIRO		ADENSAMENTO EXCESSIVO EM DOMICÍLIOS PRÓPRIOS	
	Total	Relativo aos domicílios particulares permanentes	Total	Relativo aos domicílios particulares permanentes	Total	Relativo aos domicílios particulares permanentes
<b>Região Nordeste</b>	<b>4.856.713</b>	<b>43,4</b>	<b>538.819</b>	<b>4,8</b>	<b>397.067</b>	<b>3,5</b>
Maranhão	651.073	60,6	149.331	13,9	52.059	4,8
Piauí	330.239	58,1	34.595	6,1	17.558	3,1
Ceará	828.216	45,8	99.572	5,5	77.876	4,3
Rio Grande do Norte	316.780	44,5	18.428	2,6	20.525	2,9
Paraíba	317.476	38,3	20.325	2,4	23.174	2,8
Pernambuco	836.082	40,0	74.067	3,5	68.715	3,3
Alagoas	385.201	60,4	26.705	4,2	22.949	3,6
Sergipe	157.044	35,5	8.745	2,0	12.538	2,8
Bahia	1.034.603	34,1	107.052	3,5	101.672	3,4

### 3.2.3 Coabitação Familiar

A coabitação familiar tem diminuído de acordo com os anos principalmente nas áreas urbanas. De acordo com os primeiros dados do déficit habitacional, a coabitação familiar era a soma de todas as famílias que viviam junto em uma mesma residência, divididas em cômodos. A partir de 2007 pelos dados do pnad o déficit nas famílias secundárias reduziram pois as famílias secundárias declararam a intenção de uma residência exclusiva a identificação dessas famílias foi possível graças a inclusão do pnad. (DEFICIT MUNICIPAL BRASILEIRO FJP, 2016 s/p)

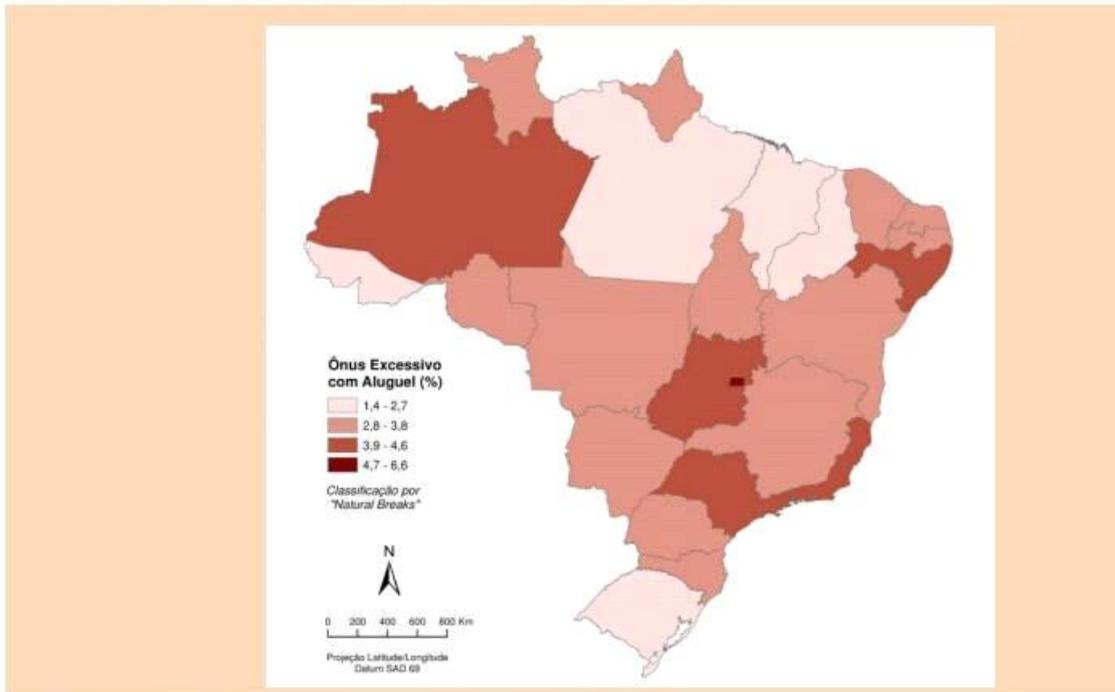
Na região nordeste os índices de coabitação familiar são de 6,2% equivalente a 923.984 mil de domicílios nessa situação. O estado em que se concentra o maior número de habitações é a Bahia com 254.947 domicílios, o Maranhão 8,0% e Alagoas 6,9% enquanto o Ceará apresenta o menor índice com 5,3%.

### 3.2.4 Relação entre domicílios alugados

Outro componente no cálculo do déficit habitacional é o aluguel urbano. De acordo com os dados 30% da renda familiar de algumas famílias urbanas de até 3 salários mínimos é destinada ao pagamento de aluguel. Para determinada parcela de famílias pobres, o aluguel é uma necessidade, diferentemente das classes médias que preferem pagar aluguel do que comprar um imóvel em bairros periféricos.

Da região nordeste o estado da Bahia é o que mais as famílias em vivem em alugados cerca de 124.687 de domicílios equivalente a 3,0% seguido em Pernambuco os índices são de 3,9% e o menor em Piauí com 1,4%, 11.960 de famílias.

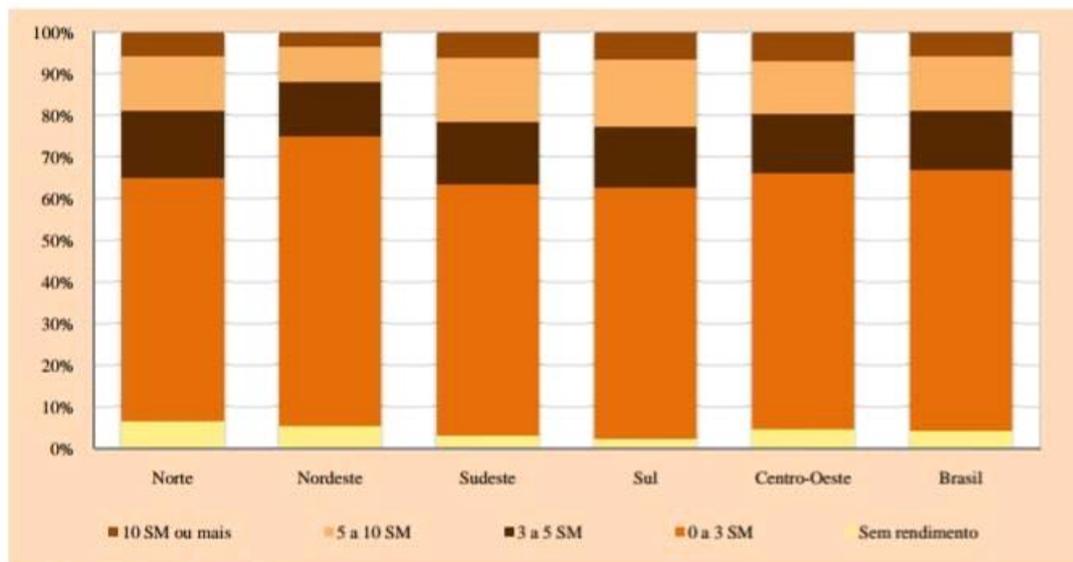
Mapa 6 - Ônus excessivo com aluguel urbano por unidades da Federação - Brasil - 2010



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estatística e Informações (CEI).

### 3.2.5 Deficit habitacional por rendimento familiar

Gráfico 3 - Déficit habitacional urbano por classe de rendimento domiciliar e regiões geográficas - Brasil - 2010



Fonte: IBGE: censo demográfico, 2010.

“Mais de 70 % da população nordestina vivem com rendimento familiar de 0 a 3 salários mínimos. Em Maranhão e Alagoas, cerca de 90% do déficit habitacional estão concentrados em domicílios com renda até cinco salários mínimos. Apesar de no Nordeste, a concentração seja menor ela atinge o déficit maior que a média do país.

Entre 2010 e 2014 com o início do programa Minha Casa Minha Vida foi possível a

redução 2,8% no déficit habitacional no país . De acordo com o estudo feito pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), destacou o incentivo que a Caixa Econômica Federal proporcionou e neste período mais de 742 mil famílias carentes puderam concretizar o sonho de ter uma casa própria. A redução total no Nordeste foi de (-3%). Entre os Estados, a Bahia se destacou com 16 % do total de moradias o que equivale a 115,6 mil famílias que receberam ou compraram uma residência com esse benefício [3] .

" Esse é o viés social do Minha Casa Minha Vida, o de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Pelo lado econômico, o programa já se mostrou capaz de gerar empregos e movimentar a cadeia produtiva da construção", apontou o diretor do Departamento da Indústria da Construção (Deconic) da Fiesp, Carlos Eduardo Auricchio. "É necessário criar condições para sustentar os investimentos e manter o ritmo de contratações, para continuar eliminando o déficit, ainda alto."(PORTAL BRASIL , 2016 s/p )

Para pedir o benefício do programa Minha Casa Minha Vida a renda familiar pode ser até dez salários mínimos . As famílias em que a renda familiar mensal é de zero a três salários mínimos recebem um benefício adicional por serem declaradas carentes , o benefício é a isenção nos custos com cartório , e um seguro habitacional .A porcentagem no financiamento deve comprometer 10% da renda mensal familiar , e o valor mínimo de prestação é R\$ 50 e o período de pagamento se estende por até 10 anos .[4]

#### NOTAS

[1] INDICADORES SOCIAIS , tabela disponível em <  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores\\_2016.php](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores_2016.php) > Acesso em 17/11/2016

[2] GRAFICO, disponível em  
<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id\\_grupo=78](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=78) > Acesso em 17/11/2016

[3] MINHA CASA MINHA VIDA : Infraestrutura .PORTAL BRASIL ,2016 .disponível em  
<<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/01/com-minha-casa-minha-vida-sonho-da-moradia-vira-realidade> > acesso em 14\12\2016

[4] MINHA CASA MINHA VIDA :Quem pode pedir o benefício : Creci PR .disponível em  
<[http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60](http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60)>&HYPERLINK  
[http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60](http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60)view=articleHYPERLINK  
[http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60](http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60)

[como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60"&HYPERLINK](http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60)  
"[http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60"](http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60)id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vidaHYPERLINK  
"[http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60"&HYPERLINK](http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60)  
"[http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60"](http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60)catid=1:latest-newsHYPERLINK  
"[http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60"&HYPERLINK](http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60)  
"[http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60"](http://www.crecipr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=630:saiba-como-e-quem-pode-contratar-financiamento-pelo-minha-casa-minha-vida&catid=1:latest-news&Itemid=60)Itemid=60>acesso em 14\12\2016

#### REFERENCIAS

FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO :secretaria das cidades , deficit habitacional municipal no Brasil ,Belo Horizonte 2013 .disponivel

em< [:http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file](http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file) >acesso em 14\12\2016

MINHA CASA MINHA VIDA : Infraestrutura .PORTAL BRASIL ,2016 .disponivel em <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/01/com-minha-casa-minha-vida-sonho-da-moradia-vira-realidade> >acesso em 14\12\2016

MONTEIRO. Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil: implicações para políticas públicas. Estudos Avançados, 17(48):7-20,2003.Disponível em <[http://hygeia.fsp.usp.br/nupens/monteiro\\_pobrezafome.pdf](http://hygeia.fsp.usp.br/nupens/monteiro_pobrezafome.pdf)> Acesso em: 14/11/16

POCHMANN, Márcio. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes, Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 104, 637-649, out.-dez. 2010a.

POBREZA permanece concentrada no Norte e no Nordeste do Brasil, diz estudo de centro da ONU. Disponível em< <https://nacoesunidas.org/pobreza-permanece-concentrada-no-norte-e-no-nordeste-do-brasil-diz-estudo-centro-onu/>> Acesso em: 14/11/2016  
<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza>> Acesso em: 14/11/2106

Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 13, N.26, P.275-290, DEZ 2006. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2613.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2613.pdf)> Acesso em 17/11/2016

TRANSFERENCIA DE RENDA ministerio do desenvolvimento social e combate a fome  
Disponível em  
<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/2%20Transfer%C3%Aancia%20de%20renda.pdf>> Acesso em 17/11/2016